



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

Ata da 8ª (oitava) Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.

Torno publico que aos 12 (doze) dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, no gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, Doutora Janete Maria Ismael da Costa Macedo. Compareceram à sessão os Excelentíssimos Senhores Doutores: Sônia Maria Guedes Alcoforado, Josélia Alves de Freitas, Alcides Orlando de Moura Jansen, Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena, José Raimundo de Lima, Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos, José Roseno Neto, Otanilza Nunes de Lucena, Francisco Sagres Macedo Vieira. Compareceram também os Promotores de Justiça, convocados, Doutores: José Farias de Sousa Filho e João Manoel de Carvalho Costa Filho, em substituição, respectivamente, aos Procuradores de Justiça José Marcos Navarro Serrano e Marcus Vilar Souto Maior. Encontravam-se em Sessão nas Câmaras do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, os Doutores: Antônio de Pádua Torres, Marilene de Lima Campos de Carvalho, Vasti Cléa Marinho da C. Lopes, Lúcia Pereira Marsicano. Ausência justificada dos Excelentíssimos Senhores Doutores: Paulo Barbosa de Almeida – Corregedor-Geral do Ministério Público, Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo e Lúcia de Fátima Maia de Farias. Havendo número regimental, foi aberta a sessão pela Presidente. Em seguida, instou à Secretária que procedesse a leitura da ata da sessão anterior, que após ser lida, foi aprovada com as devidas retificações. Na fase de comunicações, inicialmente, a Presidente informou aos seus pares que o Ministério Público Estadual promoverá o I Encontro sobre Meio Ambiente, em Campina Grande, fruto de uma parceria firmada com a Secretaria de Ciências e Tecnologia e Meio Ambiente Estadual e com a SUDEMA. Finalizando, deu conhecimento aos seus pares sobre a Carteira Nacional do Ministério Público. Terminadas as comunicações, pela Presidente foi facultada a palavra aos membros que se manifestaram na forma regimental. Na fase de requerimentos, foram feitas as seguintes proposições: 1) O Dr. José Farias de Sousa Filho propôs que os Promotores de Justiça das Promotorias de Justiça Especializadas do Meio ambiente tivessem atribuições para questões agrárias e fundiárias; 2) O Dr. Francisco Sagres Macedo Vieira propôs que à distribuição de processos no Colégio de Procuradores de Justiça obedecesse a sequência, mesmo com a mudança de ano, sem sofrer solução de continuidade. Pela Presidente, foram colocadas as proposições em votação. O Dr. Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos votou contra a proposta, no momento, do Dr. José Farias de Sousa Filho, acrescentando que não é contra a idéia, mas contra a proposição nesta ocasião, pois considera que deveriam esperar a chegada da recomendação. Por unanimidade, ficou decidido que esperariam a recomendação da criação da vara agrária, em uma proposição do Dr. José Farias de Sousa Filho, para



***Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça***

deliberação da matéria. Quanto ao requerimento do Dr. Francisco Sagres Macedo Viera, será solicitado do Presidente da Comissão Legislativa a elaboração de uma minuta de Resolução para disciplinar a matéria. Dando continuidade, a Presidente instou à Secretaria que procedesse à leitura da(s) matéria(s) constante(s) na ordem do dia. Item 7.1) Minuta de Resolução CPJ n. 006/2009 – Dispõe sobre a prorrogação da Licença-maternidade no âmbito do Ministério Público do Estado da Paraíba. A Presidente do Egrégio Colegiado passou a palavra ao Presidente da Comissão Legislativa. Com a palavra, o Dr. José Roseno Neto procedeu à leitura da matéria, tecendo as devidas explicações acerca do assunto. Encerrados os esclarecimentos, foi a matéria colocada em discussão. Debatida, foi levantada uma preliminar de devolver à matéria à Procuradora-Geral, nos termos do artigo 15, inciso XLVI da LOMP. Posta a preliminar em votação. Concluída a votação, a Presidente anunciou a aprovação da preliminar levantada, por unanimidade. A Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo explicou a necessidade da escolha dos membros, para formação da Comissão de Procuradores de Justiça com vistas à elaboração de um plano de gestão ambiental para a Instituição. Colocado em votação, a Presidente anunciou a Comissão que será constituída pelos Doutores José Raimundo de Lima, Presidente, José Farias de Sousa Filho e João Manoel de Carvalho Costa Filho. E nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão.

Elizabeth Leônia Soares de Oliveira

Assessora do ECPJ